



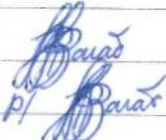

# REGISTRO DE REUNIÃO



Projeto: FERRO CARAJÁS S11D

## 1. Título

Nivelamento de informação sobre o reassentamento da comunidade Cosme e Damião

Data / Hora:		07/02/14 – 10h	
Local:		Casa da Cultura de Canaã dos Carajás	
Presentes:			
	NOME	EMPRESA	ASSINATURA
1	EVÂNIO DE MOURA LOUFFO	INCRA	
2	ABRAHAM A. ABEN-AT	VALE	
3	PEDRO DUARTE TILNO	PFL/INCRA	
4	Wides Gonçalves de Rezende	SOL nascente	
5	Jandir Mello	INCRA	
6	Márcio Gleber		
7	Antônio Benedito A. Junior		
8	Carla Patrícia Martins da Silva	SOL nascente	
9	Wilson Gonçalves de Rezende		
10	Claudete Guidereto		
11	Natanael Soares Mendonça		
12	Eulina de Souza de Oliveira		
13	Isaías de Souza de Oliveira		
14	Frederico Barão	VALE	
15	p/ ELOÍSO ARAÚJO	VALE	
16	Eymar Gonçalves de Rezende		
17	Adriano Elias Pereira	VALE	
18	Antônio Carlos de Oliveira		
19	Roberto Guilherme Junior	SOL NASCENTE	
20			
21			
22			
23			
24			
25			

## 2. Objetivo

Nivelar informações sobre o andamento das atividades para o reassentamento da comunidade Cosme e Damião junto ao INCRA.



### **3. Assuntos em Pauta / Comentários / Questionamentos**

Eudério iniciou informando que a reunião foi solicitada pelo INCRA devido às famílias assentadas terem procurado o INCRA para tentar avançar no processo do reassentamento da comunidade, já que o processo judicial em relação à Fazenda Santa Marta ainda está tramitando.

Abraham informou que a Fazenda Santa Marta foi adquirida e negociada por escolha dos colonos do assentamento e o processo judicial está tramitando devido ao não cumprimento das obrigações da outra parte (vendedor). Informou ainda que na última audiência judicial a Vale fez três propostas à outra parte e nenhuma delas foi aceita. Esclareceu que em dezembro de 2013 foi realizada essa última audiência e a outra parte solicitou vista ao processo e tão logo haja a devolução, há a expectativa de uma decisão do processo.

Weder informou que a comunidade não participou da negociação entre fazendeiro e empresa, apenas fez a indicação da área. Alegou ainda que a indenização que foi recebida era para ser investida na Fazenda Santa Marta.

Pedro, do INCRA, avaliou que o processo judicial da Fazenda Santa Marta poderá se arrastar por vários anos e sugeriu que em juízo, seja solicitada uma avaliação por perito judicial, a fim de caucionar um valor em juízo e obter a imissão na posse em favor a Vale.

Abraham esclareceu que a negociação foi feita de forma aberta, em que o vendedor informou o valor que considerava devido e a partir de então houve a negociação para chegar ao valor final, todo o processo pautado na boa fé e o valor foi pago pela Vale.

A comunidade solicitou informações ao INCRA se o Projeto de Assentamento foi desafetado ou desfeito.

Jandir informou que o INCRA não desafetou nem desfez o assentamento e que o decreto do DNPM definiu a servidão à Vale. Jandir sugeriu que a Vale permaneça com o processo judicial da Fazenda Santa Marta para assentamento de outras famílias que podem ser objeto de realocação, devido as atividades da Vale e ao mesmo tempo faça a aquisição de outra área para o reassentamento dos colonos do Cosme e Damião. Caso o processo judicial seja resolvido nos próximos 90 dias, a comunidade do Cosme e Damião seguiria conforme o acordo para a Fazenda Santa Marta.

Jandir informou que já há pressão política vinda de deputados e senadores, e o assunto poderá chegar à mídia, impactando na imagem do INCRA e da Vale.

Abraham esclareceu que caso a comunidade entenda que a proposta feita pelo INCRA seja boa para eles, a proposta será levada à diretoria da empresa para que possa ser avaliada, pois não tem competência ou delegação da Diretoria da Vale para decidir.

Eudério esclareceu que a comunidade aceita a proposta de uma nova área e informou que o INCRA entrará como interessado na Fazenda Santa Marta, já que é terra pública. A Vale não anuiu com essa proposta, na medida em que o Abraham não tem poderes para decidir sobre isso agora.

Abraham informou que a ação pode durar vários anos, entretanto, a Vale solicitou judicialmente a tutela antecipada da propriedade, sendo que, assim que o juiz definir a situação, a posse deverá ser feita de maneira imediata, caso o juiz aprobe a tutela antecipada.

Abraham se dispôs em levar à discussão com a Diretoria da Vale a proposta do INCRA e dos assentados de viabilidade da aquisição de uma nova área, e ao mesmo tempo manter o processo judicial da Fazenda Santa Marta, deixando claro que a decisão (sim ou não) é da Diretoria Colegiada da Vale.

A comunidade informou que houve pressão de funcionários do INCRA para aceitar a indenização, mas não informou quem teria sido o funcionário. Eudério esclareceu que caso tenha havido pressão de funcionários do INCRA no processo de indenização, esse deve ser denunciado.

A comunidade reclamou sobre a possibilidade de fechamento da escola na colônia Zé Levino, informado pela Secretaria de Educação, problemas estruturais da escola, dificuldade de acesso e não poderem fazer melhorias nas benfeitorias, pois não serão indenizados novamente. Sobre o assunto Eloiso deverá ter um entendimento com a Secretaria de Educação do Município visando normalizar o funcionamento da Escola.





### Projeto: FERRO CARAJÁS S11D

---

Questionado sobre a possibilidade da Vale comprar outra área, Abraham reforçou que a proposta da Vale sobre o novo assentamento é a Santa Marta. A compra de outra área dependeria de novas negociações e decisão pelos Diretores da Empresa.

Jandir enfatizou que o INCRA é o defensor dos assentados e propôs que em 90 dias, após a Vale ter a validação interna da diretoria ou haja uma decisão sobre o processo da Fazenda Santa Marta, de maneira a definir uma área para os assentados.

Ficou esclarecido que, caso aceito pelo juiz, a tutela antecipada significa que a posse da propriedade será definitiva e que a disputa judicial seguirá com a discussão do valor eventualmente devido, ou pela declaração de que o valor pago pela Vale foi correto e com boa-fé. Deferida a liminar, o juiz poderá determinar a caução.

Abraham reiterou a proposta da Vale que em 90 dias buscará uma decisão interna sobre a aquisição de uma nova propriedade (ou pela não aquisição de outra propriedade, mantendo a Santa Marta como área anfitriã), ao mesmo tempo aguardará o processo judicial da Fazenda Santa Marta e avaliará, caso a caso, os eventuais prejuízos dos colonos pela espera da área.

A comunidade propôs que a Vale faça o pagamento direto aos colonos para que os mesmos adquiram suas respectivas propriedades. Eudério informou que caso a Vale aceite essa proposta, a Vale também deverá repor a área do assentamento ao INCRA, o que inviabiliza a proposta. Abraham esclareceu que devido a esse impedimento apresentado pelo INCRA, não há viabilidade dessa proposta.

Abraham propôs que em 60 dias possa obter uma definição da Diretoria da Vale sobre a possibilidade (ou não) da aquisição de uma nova propriedade. Ao mesmo tempo esperar uma decisão da justiça sobre o processo da Fazenda Santa Marta, havendo desde logo, o compromisso de avaliar os eventuais prejuízos dos colonos pela espera da área, caso a caso.

Jandir informou que, se for definido por consenso, a compra de uma nova propriedade, o INCRA realizará a vistoria da área em 30 dias. Caso a Vale não obtenha decisão judicial favorável e decida que não haverá a aquisição de uma nova propriedade, o INCRA informa que judicializará a questão dos colonos.

Então, por consenso, restou definido aguardar por 60 dias, para que haja uma decisão judicial no processo da Santa Marta ou definição pela Vale da compra ou não de outra terra. Ficou agendado para o dia 08/04/2014, as 10:30 horas, na Casa da Cultura de Canaã dos Carajás, para uma nova reunião com a presença dos representantes do INCRA, da Vale e da Associação Sol Nascente e assentados do PA Cosme e Damião.

Registrada a presença do vereador João Batista Gustavo, que se fez presente na reunião. Também se fez presente em toda a reunião o advogado Marco Antonio Scaff Manna.



**Responsável pela ata:** Frederico Baião